



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR**

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: **DIREITO FINANCEIRO**

Carga horária total: 60H

Período Letivo:

Professor/Turmas:

**2. OBJETIVOS:**

- ❖ Dominar o conhecimento dos ramos do direito, componentes do eixo de formação profissional que habilitarão o acadêmico ao exercício da construção teórica e da realização da ciência jurídica, especificamente quanto ao instrumental jurídico que rege a atividade financeira do estado em todos os seus aspectos (receitas, despesas, planejamento, controle, gestão), relacionando-a com a necessidade de implementação dos direitos fundamentais.

**3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES (Res. CNE/CES N° 5/2018, art. 4°)**

1. Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando linguagem técnico-jurídica e identificando todas as fontes do direito tributário.
2. Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito
3. Pesquisar para utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência;
4. Utilizar raciocínio jurídico tributário de argumentação, persuasão e reflexão crítica complementando o direito tributário com os demais ramos do direito;
5. Analisar e decidir problemas relacionados à atividade financeira do Estado.

**4. EMENTA:**

- ❖ Necessidades Públicas. Atividade Financeira do Estado. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Controle e Fiscalização da Atividade Financeira do Estado.

**5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	1. Necessidades Públicas e Atividade Financeira do Estado. 1.1 Necessidades Públicas e Atividade Financeira do Estado. 1.2 A função do Direito Financeiro no Estado Republicano e Democrático de Direito. 1.3 Competência legislativa e as normas de direito financeiro. 1.4 Princípios.
<b>UNIDADE II</b>	2. Receita Pública. 2.1 Entradas e receitas. 2.2 Classificação econômica. 2.3 Receitas originárias, derivadas e transferidas. 2.4 Receita patrimonial.

	<p>2.5 Teoria dos preços.  2.6 Taxa e preço público.  2.7 Receitas de recursos naturais não renováveis.  2.8 Estágios da receita pública.  2.9 A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas.</p>
<b>UNIDADE III</b>	<p>3. Despesa Pública. Conceito.  3.1 Tipos de despesa pública.  3.2 Estágios da despesa pública.  3.3 Despesa pública e Lei de Responsabilidade Fiscal.  3.4 Gasto público, políticas públicas e implementação de direitos fundamentais.</p>
<b>UNIDADE IV</b>	<p>4. Orçamento Público.  4.1 Origem, natureza e conceito.  4.2 Tipos de Orçamento.  4.3 Princípios orçamentários.  4.4 Leis orçamentárias.  4.5 Ciclo orçamentário.  4.6 Créditos adicionais.  4.7 Controle de constitucionalidade.  4.8 Orçamento público e ativismo judicial.</p>
<b>UNIDADE V</b>	<p>5. Crédito Público.  5.1 Dívida Pública e Endividamento.  5.2 Disciplina constitucional.  5.3 Classificações e Tipos de Crédito Público.  5.4 Condições, vedações e limites para o crédito público.  5.5 Excesso de endividamento.  5.6 A Dívida pública e o pacto federativo.</p>
<b>UNIDADE VI</b>	<p>6. Controle financeiro e orçamentário.  6.1 Sistema Brasileiro de Controle interno e externo dos atos financeiros e orçamentários da Administração Pública.  6.2 Disciplina Constitucional.  6.3 Aspectos e tipos de controle.  6.4 Tribunal de Contas.  6.5 Transparência e Controle social.</p>

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ❖ Quadro magnético, projetor multimídia, textos.

## 7. METODOLOGIA

- ❖ Aulas expositivas-dialogadas; trabalhos escritos em grupo com de textos; vídeos; slides.
- ❖ Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas:

<b>Conteúdo</b>	<b>Ações Didáticas</b>	<b>Competências e Habilidades</b>
<p>UNIDADE I – Necessidades Públicas e Atividade Financeira do Estado A função do Direito Financeiro no Estado Republicano e Democrático de Direito. Competência legislativa e as normas de direito financeiro. Princípios.</p>	<p>Aulas expositivas e dialogadas. Análise e discussão em grupos de estudos, a partir de Quadro magnético e pincel; Data-show; Legislação; Textos jurídicos. Texto jurídico em sala de aula.</p>	<p>Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando linguagem técnico-jurídica e identificando todas as fontes do direito.</p> <p>Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito</p>
<p>UNIDADE II – Receita Pública. Entradas e receitas. Classificação econômica. Receitas originárias, derivadas e transferidas.</p>	<p>Aulas expositivas e dialogadas. Análise e discussão em grupos de estudos, a partir de Quadro</p>	<p>Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos,</p>

<p>Receita patrimonial. Teoria dos preços. Taxa e preço público. Receitas de recursos naturais não renováveis. Estágios da receita pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas.</p>	<p>magnético e pincel; Data-show; Legislação; Textos jurídicos. texto jurídico em sala de aula.</p>	<p>utilizando linguagem técnico-jurídica e identificando todas as fontes do direito.</p> <p>Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito</p>
<p>UNIDADE III – Despesa Pública. Conceito. Tipos de despesa pública. Estágios da despesa pública. Despesa pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. Gasto público, políticas públicas e implementação de direitos fundamentais.</p>	<p>Aula expositiva-dialogada com slides. Análise de Acórdãos do STF.</p>	<p>Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando linguagem técnico-jurídica e identificando todas as fontes do direito.</p> <p>Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito</p>
<p>UNIDADE IV – Orçamento Público. Origem, natureza e conceito. Tipos de Orçamento. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Ciclo orçamentário. Créditos adicionais. Controle de constitucionalidade. Orçamento público e ativismo judicial.</p>	<p>Aula expositiva-dialogada com slides. Trabalho em grupo, escrito, em sala sobre texto previamente fornecido e pesquisa</p>	<p>Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito</p> <p>Pesquisar para utilizar a legislação, doutrina e jurisprudência;</p> <p>Utilizar raciocínio jurídico tributário de argumentação, persuasão e reflexão crítica complementando o direito tributário com os demais ramos do direito;</p> <p>Analisar e decidir problemas relacionados à atividade financeira do Estado.</p>
<p>UNIDADE IV – Crédito Público. Dívida Pública e Endividamento. Disciplina constitucional. Classificações e Tipos de Crédito Público. Condições, vedações e limites para o crédito público. Excesso de endividamento. A Dívida pública e o pacto federativo.</p>	<p>Aula expositiva-dialogada com uso do quadro magnético e vídeos</p>	<p>Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando linguagem técnico-jurídica e identificando todas as fontes do direito.</p> <p>Interpretar e aplicar o Direito financeiro de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito</p>
<p>UNIDADE VI – Controle financeiro e orçamentário. Sistema Brasileiro de Controle interno e externo dos atos financeiros e orçamentários da</p>	<p>Aula expositiva-dialogada com uso do quadro magnético e slides.</p>	<p>Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando linguagem técnico-</p>

Administração Pública. Disciplina Constitucional. Aspectos e tipos de controle. Tribunal de Contas. Transparência e Controle social.		jurídica e identificando todas as fontes do direito tributário.  Interpretar e aplicar o Direito tributário de forma interdisciplinar com todos os demais ramos de estudo do Direito
--	--	--

## 8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- ❖ Conforme Regimento Geral da UFPA, arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

**EXC** – Excelente (9,0 - 10,0)

**BOM** – Bom (7,0 - 8,9)

**REG** – Regular (5,0 - 6,9)

**INS** – Insuficiente (0 - 4,9)

- ❖ Sendo considerado aprovado o discente que obtiver o conceito **REG, BOM ou EXC** e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.
- ❖ Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013 no art. 96 que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.
- ❖ Para fins de atribuição de conceitos, os discentes serão avaliados em dois momentos:

1ª Avaliação	Critérios	Nota
Prova discursiva	Redação clara, concatenada e coerente, articulando norma, doutrina e jurisprudência para solucionar as questões propostas.	5,0
2ª Avaliação	Critérios	Nota
Prova discursiva	Redação clara, concatenada e coerente, articulando norma, doutrina e jurisprudência para solucionar as questões propostas.	5,0

## 9. REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAHAM, Marcus. “Curso de Direito Financeiro Brasileiro”. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. “Curso de Direito Financeiro”. São Paulo: Malheiros, 2019.

TORRES, Heleno Taveira. “Direito Constitucional Financeiro – Teoria da Constituição Financeira”. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

## 10. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BALEEIRO, Aliomar. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CATARINO, João Ricardo. *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Coimbra: Almedina, 2012.

SCAFF, Fernando Facury. “Royalties do petróleo, minério e energia – Aspectos constitucionais, financeiros e tributários” São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCAFF, Fernando Facury; ATHIAS, Jorge Alex. *Direito Tributário e Econômico aplicado ao meio ambiente e à mineração*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

TUPIASSÚ, Lise Vieira da Costa. “Tributação ambiental: a utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável”. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

## 11. CRONOGRAMA

Encontros	Atividades	Conteúdo
1º	Aula expositiva dialogada	Necessidades Públicas e Atividade Financeira do Estado. Direito Financeiro e Finanças Públicas. Noções introdutórias. Definição, princípios e conteúdo.
2º	Aula expositiva dialogada	Política financeira. Competência legislativa e as normas gerais de direito financeiro. Princípios. Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal.
3º	Aula expositiva dialogada	Receita Pública. Entradas e receitas. Classificação econômica. Receitas originárias, derivadas e transferidas. Receita patrimonial. Teoria dos preços. Taxa e preço público.
4º	Aula expositiva dialogada	Receitas de recursos naturais não renováveis. Estágios da receita pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas.
5º	Aula expositiva dialogada	Despesa Pública. Conceito. Tipos de despesa pública. Estágios da despesa pública.
6º	Aula expositiva dialogada	Despesa pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. Gasto público e políticas públicas.
7º	Aula expositiva dialogada. Atividade com textos e julgados. Revisão	Todo o conteúdo ministrado
8º	Prova	Todo o conteúdo ministrado
9º	Aula expositiva dialogada	Orçamento Público. Origem, natureza e conceito. Tipos de Orçamento. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias.
10º	Aula expositiva dialogada	Ciclo orçamentário. Créditos adicionais. Controle de constitucionalidade. Orçamento público e ativismo judicial.
11º	Aula expositiva dialogada	Crédito Público. Endividamento e Dívida Pública. Disciplina constitucional. Classificações e Tipos de Crédito Público.
12º	Aula expositiva dialogada	Condições, vedações e limites para o crédito público. Excesso de endividamento. Dívida pública e o pacto federativo.
13º	Aula expositiva dialogada	Controle financeiro e orçamentário. Disciplina Constitucional. Aspectos e tipos de controle. Sistema Brasileiro de Controle interno e externo dos atos financeiros e orçamentários da Administração Pública. Tribunal de Contas. Controle social e transparência.
14º	Revisão. Atividade com textos e julgados.	Todo o conteúdo ministrado
15º	Prova	Todo o conteúdo ministrado
16º	Prova de segunda chamada	Todo o conteúdo ministrado
18º	Entrega das provas e discussão das notas	

⊗ Datas sujeitas às alterações que se façam necessárias.